

Relatório pede cassação de ACM por quebra de decoro

Sugestão não é definitiva. PFL quer pena mais branda

BRASÍLIA – O relatório do senador Geraldo Mesquita (PSB-AC) apresentado ontem ao Conselho de Ética pede a cassação do senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) por quebra de decoro. O argumento do relator é de que ACM se beneficiou, com objetivos políticos e pessoais, do produto dos crimes de violação do sigilo telefônico e da intimidação, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas. A sugestão de ontem não é definitiva. Os senadores Demóstenes Torres (PFL-GO) e Sérgio Guerra (PSDB-PE) pediram vistas ao relatório. Na próxima semana, o conselho se reúne novamente para votar a interpretação de Mesquita, que deve concorrer com outro relatório feito pelo PFL com sugestão de pena mais branda.

– Não tem sentido o PFL e o PSDB pedirem vistas e não apresentarem um voto em separado – afirmou o líder do PFL, José Agripino (RN), em refe-

rência ao segundo relatório.

O argumento do relator não faz referência ao mandante do crime de escuta ilegal. Segundo ele, essa apuração é de responsabilidade da Polícia Federal. Por isso, as 26 páginas do relatório referem-se ao uso, por ACM, do fruto de um crime.

– Quem, em sã consciência, pode negar que o senador Antonio Carlos Magalhães se utilizou de informações que foram colhidas de forma criminosa para divulgá-las com propósitos escusos? – pergunta Mesquita no texto.

A expectativa dos aliados de Antonio Carlos Magalhães era de que Geraldo Mesquita sugerisse a aplicação de advertência ou suspensão temporária de mandato. Mas, o relator argumenta que ACM é reincidente. Em 2001, o senador baia-

JORNAL DO BRASIL

no renunciou ao mandato para evitar abertura de processo de cassação. Poucos meses antes, ele havia recebido uma advertência escrita por ter discutido com o ex-senador Jader Barbalho (PMDB-PA) no plenário.

– As hipóteses de advertência e censura são incabíveis na espécie. Da mesma forma como não tem amparo regimental a suspensão temporária de mandato – cita o relatório.

Enquanto Geraldo Mesquita lia o relatório, ACM chorava por causa do filho Luiz Eduardo Magalhães, morto há cinco anos. O senador César Borges (PFL-BA) fez discurso a respeito – impedindo,



ACM teria se utilizado de informações colhidas “de forma criminosa”

assim, que a sessão do conselho fosse transmitida pela TV Senado. A ordem tem precedência sobre outras sessões, na hora da transmissão.